



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO **2014**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do posto de trabalho a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do posto de trabalho a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do posto de trabalho a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma
reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições
culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não
4 há homens isolados. O homem é um ser de raízes
espaçotemporais. De forma que ele é, na expressão feliz de
Marcel, um ser “situado e temporalizado”. A instrumentação da
7 educação — algo mais que a simples preparação de quadros
técnicos para responder às necessidades de desenvolvimento de
uma área — depende da harmonia que se consiga entre a
10 vocação ontológica desse “ser situado e temporalizado” e as
condições especiais dessa temporalidade e dessa
situacionalidade.

13 Se a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito
e não objeto, ele só poderá desenvolvê-la se, refletindo sobre
suas condições espaçotemporais, introduzir-se nelas de maneira
16 crítica. Quanto mais for levado a refletir sobre sua
situacionalidade, sobre seu enraizamento espaçotemporal, mais
“emergirá” dela conscientemente “carregado” de compromisso
19 com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser
simples espectador, mas na qual deve intervir cada vez mais.

Paulo Freire. *Educação e mudança*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 61 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, referentes às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima.

- 1 O termo “prescindir”, no primeiro período do texto, tem aceção de **abster-se, abdicar**.
- 2 No último período do texto, o pronome relativo preposicionado “na qual” completa o sentido de “intervir” e retoma o termo “sua realidade”.
- 3 No segundo período do texto, a forma verbal “há”, em suas duas ocorrências (l.3 e 4), tem sentido de **existir** e poderia ser substituída por **existe**, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 4 No primeiro parágrafo, a substituição dos travessões por parênteses (l.7 e 9) manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 5 O termo “porque” (l.19) poderia, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido do texto, ser substituído por **por que**.
- 6 Segundo o texto, a educação deve considerar não apenas o homem, mas também o contexto em que ele vive, levando-o a refletir sobre sua realidade e atuar sobre ela na condição de sujeito.

1 O Censo Escolar da Educação Básica de 2013 revela
que, desde 2010, o número de matrículas em educação integral
no ensino fundamental cresceu 139%, chegando a 3,1 milhões
4 o número de estudantes matriculados na educação básica. Só
no último ano, o crescimento foi de 45,2%.

O aumento do número de alunos no ensino integral é
7 atribuído ao Programa Mais Educação, criado pelo Ministério
da Educação para incentivar as secretarias estaduais e
municipais de educação, com a transferência de recursos
10 federais, a oferecer a educação integral. É considerada
educação integral a jornada escolar com sete ou mais horas de
duração.

13 “Esses números demonstram o esforço que está sendo
feito e mostram que já temos resultados”, disse o ministro da
Educação, para quem a expansão do ensino integral é um dos
16 grandes destaques do censo. “A meta de ensino integral do
Plano Nacional de Educação, de 25% dos alunos estarem no
ensino integral, é factível se continuarmos com esse esforço”,
19 complementou.

De acordo com o ministro, os dados do censo
evidenciam o resultado das políticas públicas e dos programas
22 governamentais dedicados à ampliação da oferta educacional.
“Em médio e longo prazo, as políticas públicas voltadas para
o processo educacional começam a surtir efeito no censo”,
25 afirmou.

Censo revela crescimento no ensino integral. fev./2014.
Internet: <www.portal.inep.gov.br> (com adaptações).

No que se refere aos aspectos sintáticos e semânticos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 7 O termo “para” (l.8) introduz ideia de finalidade e poderia ser substituído, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido original do texto, por **afim de**.
- 8 O termo ‘factível’ (l.18), que equivale, no texto, a algo que pode acontecer ou ser feito, poderia ser substituído por **exequível**, sem provocar alterações semânticas no texto.
- 9 Na linha 22, o emprego do acento grave em “à ampliação” justifica-se em razão de o termo “dedicados” exigir complemento regido pela preposição a e o termo “ampliação” estar precedido de artigo definido feminino.
- 10 Infere-se do texto que a oferta universal da educação integral é um objetivo a ser atingido no sistema público de educação por meio do Programa Mais Educação.
- 11 Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, a expressão “é atribuído” (l.6-7) poderia ser substituída por **atribuem-se**.

Julgue os itens subsequentes, à luz do **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 12 Nas comunicações endereçadas ao ministro da Educação, a forma de tratamento empregada deve ser **Vossa Excelência**, e o vocativo utilizado deve ser **Excelentíssimo Senhor**.
- 13 O ministro da Educação, caso precise submeter projeto de ato normativo à consideração do presidente da República, deverá redigir uma exposição de motivos.
- 14 Em comunicações de mero encaminhamento de documento, só deverá haver parágrafos de desenvolvimento se o autor desejar fazer observações a respeito do documento encaminhado.
- 15 Caso a autoridade competente do MEC pretenda enviar aviso ao ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Informação, sua comunicação deverá obedecer aos princípios de impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e formalidade.

Considerando a proposição P: “Nos processos seletivos, se o candidato for pós-graduado ou souber falar inglês, mas apresentar deficiências em língua portuguesa, essas deficiências não serão toleradas”, julgue os itens seguintes acerca da lógica sentencial.

- 16 Se a proposição “O candidato apresenta deficiências em língua portuguesa” for falsa, então a proposição P será verdadeira, independentemente dos valores lógicos das outras proposições simples que a constituem.
- 17 A proposição “O candidato não apresenta deficiências em língua portuguesa ou essas deficiências são toleradas” é logicamente equivalente a “Se o candidato apresenta deficiências em língua portuguesa, então essas deficiências são toleradas”.
- 18 A tabela verdade associada à proposição P possui mais de 20 linhas.
- 19 A negação da proposição “O candidato é pós-graduado ou sabe falar inglês” pode ser corretamente expressa por “O candidato não é pós-graduado nem sabe falar inglês”.
- 20 Considerando que a proposição P seja verdadeira, é correto inferir que o candidato que não seja pós-graduado e que também não saiba falar inglês terá suas deficiências em língua portuguesa toleradas nos processos seletivos.

A análise de requerimentos de certificação de entidades educacionais, no âmbito do Ministério da Educação, será realizada por uma equipe formada por, no mínimo, um analista contábil, um analista educacional e um analista processual.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

- 21 A partir de cinco analistas contábeis, sete analistas educacionais e seis analistas processuais, a quantidade de maneiras distintas de se formar equipes com exatamente três analistas de cada especialidade em cada equipe é superior a 5.000.
- 22 A partir de cinco analistas contábeis, sete analistas educacionais e seis analistas processuais, é possível formar mais de 300 equipes distintas com exatamente um analista de cada especialidade em cada equipe.

Uma pesquisa acerca dos veículos de comunicação utilizados pelos servidores de determinado órgão público para se manterem informados revelou os seguintes resultados, a partir de 100 entrevistados: 51 leem jornal; 38 leem revista; 93 assistem a TV; 75 ouvem rádio; e 51 acessam a Internet.

Com base nessa pesquisa, julgue os itens a seguir.

- 23 Se todos os 100 entrevistados leem jornal ou ouvem rádio, então mais de 30 dos entrevistados se informam por meio de jornal e de rádio.
- 24 Entre jornal, revista e Internet, menos de 75 dos entrevistados utilizam pelo menos dois desses veículos para se manterem informados.
- 25 Os entrevistados que leem jornal são os mesmos que acessam a Internet.

RASCUNHO

Julgue os próximos itens com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 26 A União pode fixar piso salarial nacional para profissionais do magistério da educação básica por meio de lei federal, porém a norma não será aplicável aos profissionais do magistério servidores dos estados, dos municípios e do Distrito Federal (DF), sob pena de infringência ao pacto federativo, notadamente à autonomia administrativa e financeira dos membros da Federação.
- 27 Segundo a jurisprudência do STF, é lícita a cobrança de taxas de matrículas nas universidades públicas, desde que os valores sejam proporcionais aos custos.

Com base na CF e na jurisprudência do STF, julgue os itens subsequentes acerca do exercício do direito de greve no serviço público.

- 28 É lícito o desconto dos dias não trabalhados pelo servidor público que se ausenta do serviço para participar de movimento grevista de sua categoria.
- 29 Segundo a jurisprudência do STF, o servidor público em estágio probatório que se ausenta do serviço para a participação em movimento grevista incorre em falta grave.
- 30 O exercício do direito de greve no serviço público federal é legítimo, mesmo sem a regulamentação por lei específica.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, julgue os itens subsequentes.

- 31 O mandado de injunção é impróprio para pleitear em juízo direito individual líquido e certo decorrente de norma constitucional autoaplicável.
- 32 Para a retificação de informações constantes de cadastros de registros públicos ou banco de dados de entidades governamentais, é inadmissível a impetração de *habeas data*, cuja função é assegurar apenas o conhecimento dessas informações.

Os princípios da administração pública estão previstos, de forma expressa ou implícita, na CF e, ainda, em leis ordinárias. Esses princípios, que consistem em parâmetros valorativos orientadores das atividades do Estado, são de observância obrigatória na administração direta e indireta de quaisquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios. Acerca desses princípios e da organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

- 33 A empresa pública somente pode ser criada por lei específica, com personalidade jurídica de direito público e adotando quaisquer formas societárias admitidas pelo Direito.
- 34 Os princípios do contraditório e da ampla defesa aplicam-se tanto aos litigantes em processo judicial quanto aos em processo administrativo.
- 35 No âmbito federal, as autarquias são entes da administração indireta dotados de personalidade jurídica própria e criados por lei para executar atividades típicas da administração. Essas entidades sujeitam-se à supervisão ministerial, mas não se subordinam hierarquicamente ao ministério correspondente.

No que se refere à contratação de pessoal por tempo determinado para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, julgue os itens seguintes, com base na legislação de regência.

- 36 É vedada a nomeação ou a designação de pessoa contratada por tempo determinado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ressalvada a hipótese de nomeação em substituição a servidor efetivo originalmente ocupante de tal cargo ou função.
- 37 Na referida forma de contratação, o recrutamento de pessoal prescinde de concurso público.

Considerando as normas relativas a licitações e contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 38 Se, após a assinatura do contrato, for verificado que a modalidade licitatória realizada era incompatível com o valor do objeto contratado, violando-se disposições de legislação, a entidade licitante deve declarar a nulidade da licitação, o que, contudo, não induzirá à nulidade do contrato firmado, caso sua execução já tenha sido iniciada.
- 39 A administração deve dividir as obras, os serviços e as compras que pretende realizar em quantas etapas julgar viáveis técnica e economicamente e deve realizar uma licitação única que contemple todas as etapas.
- 40 Caso as empresas interessadas não sejam tecnicamente qualificadas para a execução do objeto do contrato, conforme os critérios estabelecidos no respectivo edital, a licitação poderá ser dispensada, configurando-se situação de licitação deserta, nos termos da doutrina de referência, e poderá ser feita a contratação direta de outra empresa.
- 41 O contrato administrativo poderá ser modificado unilateralmente pela administração caso haja modificação do projeto ou das especificações para adequação técnica aos objetivos do contrato ou caso se julgue necessário modificar o valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato.

Com base na disciplina legal e na doutrina nacional acerca dos atos e processos administrativos, julgue os próximos itens.

- 42 A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, não sendo suficiente a declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.
- 43 O recurso administrativo, em regra, apresenta efeito devolutivo, admitindo, excepcionalmente, efeito suspensivo.
- 44 A revogação do ato administrativo por motivo de conveniência e(ou) de oportunidade, casos em que se manifesta a discricionariedade administrativa, produz efeitos *ex nunc* a partir da revogação.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) assegura recursos constitucionalmente vinculados para todas as etapas e modalidades da educação básica. Pela primeira vez no país, ficam subvinculados recursos da União, dos estados, do DF e dos municípios para o atendimento em creches e pré-escolas.

A educação infantil no Brasil figurou uma trajetória histórica em que o Estado formulou e estimulou uma política de atendimento baseada na parceria com instituições privadas sem fins lucrativos, comunitárias, filantrópicas e confessionais, principalmente no que diz respeito ao atendimento de crianças de zero a três anos, como forma de não ficar totalmente ausente desse atendimento.

Mesmo estando claro que a obrigação do Estado com a educação infantil deve ser efetivada pela expansão da rede pública, o convênio entre o poder público e instituições educacionais sem fins lucrativos foi, e é, uma realidade que assegura, na maioria dos municípios, o atendimento a um número significativo de crianças, em geral, da população pobre e vulnerabilizada.

Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009 (com adaptações).

No que se refere ao assunto tratado no fragmento de texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 45 Ao consórcio público — é vedado firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
- 46 A parceria público-privada é firmada mediante contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, o qual pode ter por objeto a prestação de serviço público à população de forma desconcentrada, independentemente da cobrança de tarifas aos usuários.
- 47 Em convênio em que haja repasse de recursos financeiros ao conveniado, os valores repassados só podem ser utilizados na realização do objeto do convênio e não perdem a natureza de dinheiro público, ficando o conveniado obrigado a prestar contas ao ente público repassador e aos órgãos de controle competente, como os tribunais de contas.



No que se refere à teoria do agente principal, à teoria econômica da regulação e à teoria da captura, julgue os itens a seguir.

- 48 Conforme a teoria da captura, a regulação é ofertada como resposta à demanda da indústria por regulação, podendo haver o favorecimento de determinados grupos.
- 49 De acordo com o modelo do principal agente, o principal delega funções ao agente, estabelecendo-se, assim, uma relação hierárquica.

Acerca das formas de regulação das atividades econômicas, julgue os próximos itens.

- 50 Na regulação por preço-teto, a agência reguladora deve optar por um índice de reajuste de preços que reflita as características do setor.
- 51 Considere que uma agência reguladora adote o regime de determinação da taxa de retorno e que o efeito Averch-Johnson seja válido. Nesse caso, espera-se a substituição do fator trabalho no processo produtivo das empresas reguladas.
- 52 Para que exista monopólio natural, a função custo da firma deve ser aditiva.
- 53 Em um mercado com alta volatilidade da demanda, recomenda-se ao órgão regulador estabelecer uma regulação da taxa de retorno.
- 54 A regulação por preço-teto aumenta o risco regulatório e reduz a eficiência econômica.

Acerca do sistema operacional Linux e do editor de texto BrOffice Writer, julgue os itens a seguir.

- 55 Ao se pressionar, simultaneamente, as teclas  + , no BrOffice Writer, serão mostrados os caracteres não imprimíveis.
- 56 Em um computador com o sistema operacional Linux, é possível criar várias contas de usuários e armazenar os dados de configuração referentes a essas contas em um único diretório — `/home/users`.

Considerando o gerenciamento de arquivos, bem como o programa de navegação Microsoft Internet Explorer 10 e o programa de correio eletrônico Mozilla Thunderbird, julgue os itens que se seguem.

- 57 Em um computador com o sistema Windows 8, se o usuário, por meio da funcionalidade Explorador de Arquivos, tentar abrir um arquivo que já esteja aberto, ele receberá uma mensagem informando que não poderá abri-lo, pois está em execução.
- 58 Se a funcionalidade Proteção contra Rastreamento, do Internet Explorer 10, estiver habilitada, ela ajudará a impedir que os sítios visitados pelo usuário enviem informações de sua visita a outros provedores.
- 59 Versões recentes do Mozilla Thunderbird permitem ao usuário configurar e personalizar esse programa, mantendo, por exemplo, características das versões anteriores. Para tanto, deve-se adotar o seguinte procedimento: clicar o menu Ajuda e, em seguida, clicar a opção Assistente de Migração.

Acerca de *worms*, julgue o item abaixo.

- 60 A ação de *worms* pode afetar o desempenho de uma rede de computadores.